

CACS FUNDEB

ATA PARA TRATAR SOBRE O CALENDÁRIO DE REUNIÕES E SOBRE O QUINTO BIMESTRE

Aos vinte três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um reuniram-se, virtualmente pela plataforma GOOGLE MEET os/as Conselheiros (as) Jaguaracy Conceição, Vitor Veiga, Marilene Santana, Maria Cristina Torres, Alda Ester, Audaci Lima, Fábio Araújo, Rosilainde Amorim, Nadja Amaral, Thiago Brandão e Marcos Fellipe Marques. Também estiveram presentes Rafael Henrique Costa e Irundi Andrade do Conselho Municipal de Educação e Camile Araújo da GRADUS. A reunião teve início às quatorze horas e dez minutos o presidente Marcos Fellipe fez a abertura da sessão informando que já havia quórum e abriu espaço para aos informes. Na sequência informa que uma das pautas é o calendário e pontua que apesar de Jaguaracy ter sugerido manter as reuniões nas primeiras quartas-feiras, conforme o regimento, não consta essa informação no regimento, porém acha importante que mantenham e a sugestão foi aprovada. Marcos também sugere dividir o conselho em dois grupos de trabalho: um para acompanhamento das contas e outro para fazer visitas para acompanhamento das políticas públicas e cita o exemplo das obras do PAR que estão paradas. Thiago fala que, sobre as obras do PAR, fez uma vistoria e já foram atualizadas no SIMEC e a Secretaria já está tentando resolver as inconformidades apontadas pelo SIMEC. Sobre a divisão do Conselho em grupos, no grupo um ficaram os (as) conselheiros (as) Nadja, Jaguaracy, Marcos e Vitor. No grupo dois ficaram os (as) conselheiros(as) Josenita Luz, Alda, Thiago, Marilene, Fábio e os representantes do Conselho Tutelar. Jaguaracy fala que a vereadora Naide Brito fez um projeto de lei sobre a quadra da escola Eurides Santana, a qual teve a obra parada por incorreções. Fala também que dentre as atribuições dos grupos deve ter também a leitura diária do diário oficial. Thiago sugere que este Conselho acompanhe também as aplicações das verbas das escolas. Marcos diz que podem até fazer, mas não é atribuição deste Conselho. Marcos diz que outro ponto de pauta são as pendências de 2020 e questionou se alguém teve dificuldade de acessar o drive e diz que precisam finalizar 2020 e para as contas de 2021 precisam construir um documento informando como querem que seja feita a prestação de contas. Diz ainda que tem pendências de 2020, como ofícios não respondidos, livros comprados, entre outras. Fala sobre a importância dos ofícios serem respondidos e diz que não enviarão outro cobrando porque todo o trâmite, dentro do município, já foi feito e seguirão os trâmites posteriores, como no caso do IBRADESC que já não há mais o que fazer a não ser acionar o Ministério Público. Vitor diz que estão reorganizando a Secretaria internamente e Maria Cristina ficará responsável pelas questões dos Conselhos e pede para reiterar o ofício e cobrar um prazo mínimo para resposta. Marcos diz que para outros ofícios até podem fazer, mas no caso do IBRADESC não, pois já foi feito isso em outubro do ano passado e não houve resposta. Maria Cristina diz que a Secretária pode enviar um ofício solicitando uma extensão do prazo e justificando o atraso e destaca que pela Lei o caso já deveria estar no Ministério Público. Jaguaracy pontua que todos devem ler a lei 14113 para discutirem, principalmente, sobre os prazos. Marcos sugere tirar um curso, pois tem conselheiros novos e Jaguaracy diz que tem que ver com o FNDE e Marcos diz que a ideia seria um curso mais específico para a realidade do conselho. Maria Cristina pontua que seria ideal uma formação geral para os Conselheiros e diz que tem os cursos do FNDE e do programa Formação pela Escola e questiona qual a disponibilidade orçamentária para a formação. Jaguaracy diz que já fez um curso do programa Formação pela Escola e que vale a pena todos

fazerem. Marcos diz que os cursos do FNDE não são ruins, mas são genéricos e pontua que precisa ter duas frentes: o FNDE e outro mais direcionado, pois é um bom investimento para o Conselho. Irundi diz que concorda com a ideia do curso e diz que UNEB também tem um núcleo de cursos. Maria Cristina sugere estabelecer um prazo para formação, pois precisaram fazer o relatório até abril. Marcos diz que precisam avançar a pauta sobre o quinto bimestre e fala que todos já receberam os documentos e diz que aqui irão referendar ou não as informações do SIOPE e fala das divergências encontradas no item despesa e no item saldo financeiro, os quais divergem do RREO. Jaguaracy diz que há divergências também nos seguintes itens: disponibilidade financeira, ajuste, retenções e conciliação. Camile, representante da GRADUS, fala das diferenças por contadas retenções do INSS que não saíram da conta do FUNDEB do município. Quanto ao saldo financeiro, diz que o SIOPE traz o valor corretamente da disponibilidade financeira e o sistema que o município utiliza traz o saldo contábil, que são os valores conciliados. Marcos questiona por que houve momentos em que o anexo oito convergia com o SIOPE e em outros momentos não e Camile diz que tiveram momentos que pediram correção e fizeram e nesse bimestre voltaram com a formatação antiga. Jaguaracy pede que essas justificativas sejam enviadas por escrito para o Conselho e comenta sobre o parecer da secretaria da fazenda, sobre o qual responderam que não concordavam e não houve resposta. Marcos fala sobre a desconfiança e diz que no conselho é importante desconfiar, pois leva a entender a questão e cumprir o papel do conselho que é de fiscalizador e, pensando nisso, foi verificar no Tribunal de Contas dos Municípios para ver se era divergência de metodologia, conforme explicação de Camile, ou de valor mesmo e verificou que os valores estão corretos. Pontua que o município está no CAUC e isso é ruim, pois impede o município de receber qualquer verba extra e fala da importância de validarem o quinto bimestre. Camile fala sobre a importância da validação e tem ainda o sexto bimestre que é bem mais delicado. Marcos pontua que precisam que a GRADUS entregue o relatório com menos divergências no sexto bimestre. Vitor pergunta sobre o prazo do sexto bimestre e Camile responde que ainda não pode dar um prazo, pois abriram chamado e demora em média quinze dias para o FNDE responder. Maria Cristina questiona se podem ter acesso ao material antes para depois ter a reunião. Nadja questiona sobre essas pendências que sempre tem. Maria Cristina diz que não está justificando, mas isso é porque o conselho está cumprindo o papel e o sistema do SIOPE passou por diversas atualizações. Camile diz que assim que receber a resposta passa para o conselho. Marcos abre votação pela validação ou para retornar para a secretária. Jaguaracy diz que vota pelo retorno para a Secretária. Marcos diz que vota pela validação, pois é um problema de metodologia e não de valores. Maria Cristina vota pela aprovação. Nadja diz que entende o que Maria Cristina pontua, mas que como uma pessoa que está entrando é importante esclarecer isso e vota pela aprovação e espera que consigam resolver essas pendências. Fábio vota pela aprovação. Marilene, Audaci e Vitor também votam pela aprovação. Marcos então pontua que o quinto bimestre foi aprovado e que ficam no aguardo do sexto bimestre para fazerem a análise. Jaguaracy diz que precisam enviar ofício sobre os pagamentos da igreja evangélica e do projeto crescer que estão acontecendo e diz que não houve resposta sobre o ofício enviado no ano passado. Audaci diz que ainda está se apropriando sobre a composição do conselho e questiona se há representantes de pais e de estudantes e se tem, se estão presentes na reunião. Marcos fala que Josenita e Nadja representam pais e os representantes de estudantes infelizmente não participam. Marcos fala sobre a importância de minimizar os problemas técnicos no último bimestre que já

é complexo. Maria Cristina sugere que a GRADUS passe os documentos para análise e, quando tivesse resposta do chamado, fariam a reunião. Questiona também sobre o prazo dos ofícios, 72 horas para a secretaria responder. Marcos diz que após as 72 horas o desejo do conselho é ter as respostas e não um ofício dizendo que não tem respostas e diz que podem aguardar sim. Jaguaracy diz que a SEMED precisa se atentar ao artigo 33, o qual fala sobre os prazos. Marcos diz que a ata será enviada por e-mail e na próxima reunião só aprovam. Jaguaracy pontua que pela nova lei as atas devem ser publicizadas. Marcos diz que ter um site também é um pleito do CME e Maria Cristina diz que já encaminhou essa questão do site. Sem mais a tratar, o presidente encerrou a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos e foi lavrada presente ata que será posteriormente lida e aprovada pelos presentes.